



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO  
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areal, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Oivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	RA TRT nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2

Data de instalação	04/06/2019
Data da última correição	4 de agosto de 2020
Período correicionado	1º/07/2020 a 31/05/2021

Aos 15 dias do mês de junho de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 08/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial, contando com a participação do Juiz titular, Cláudio Pedrosa Nunes, do Juiz substituto, George Falcão Coelho Paiva, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/7/2020 a 31/5/2021 (11 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Cláudio Pedrosa Nunes	1º/06/2019 - RA nº 048/2019

### 1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
----------------------	--------------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

3

George Falcão Coelho Paiva	02/03/2020 - Ato TRT SCR nº 10/2020
----------------------------	-------------------------------------

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **8** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Elainy Soares Ribeiro Cruz	Secretario de Audiencia	1º/06/2019
Francisco Jose Rocha Pereira	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	02/06/2019
Fred da Costa Prudente	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	02/06/2019
Jose Moreira Lustosa	Analista Judiciário – Assistente IV	02/06/2019
Josue Felismino de Moura	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	02/06/2019
Márcio Rodrigo Ferreira Gomes de Lima	Técnico Judiciário – Assistente V	02/06/2019
Rafaella Mota Santos de Carvalho	Técnico Judiciário – Calculista	02/03/2020
Rodrigo Ribeiro Brito	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	08/02/2021

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

### 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 31/05/2021, um acervo processual de **1.285** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	905
Fase de Liquidação	4
Fase de execução	366
Cartas precatórias e de ordem	11
<b>TOTAL</b>	<b>1.286</b>



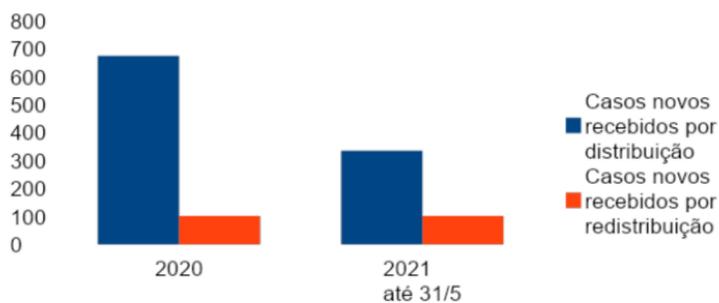
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4

## 2.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

### 2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/05
Casos novos recebidos por distribuição	674	334
Casos novos recebidos por redistribuição	101	99
<b>TOTAL</b>	<b>775</b>	<b>433</b>



No período correicionado há registro de 01 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000099-79.2020.5.13.0034).

## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

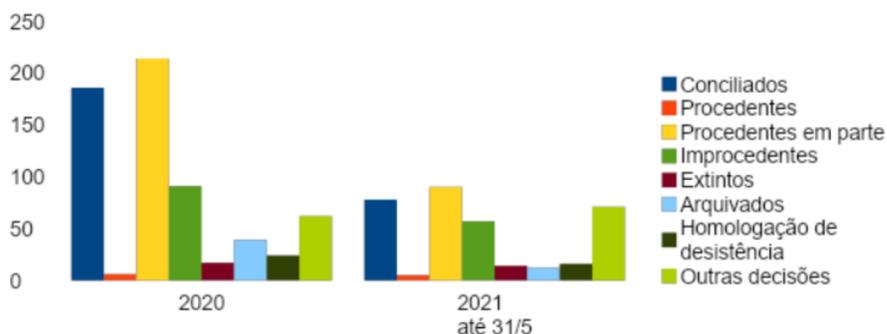
Item	2020	2021 até 31/5
Conciliados	186	78
Procedentes	6	5
Procedentes em parte	214	90
Improcedentes	91	57
Extintos	17	14
Arquivados	39	12
Homologação de desistência	24	16
Outras decisões	62	71



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

5

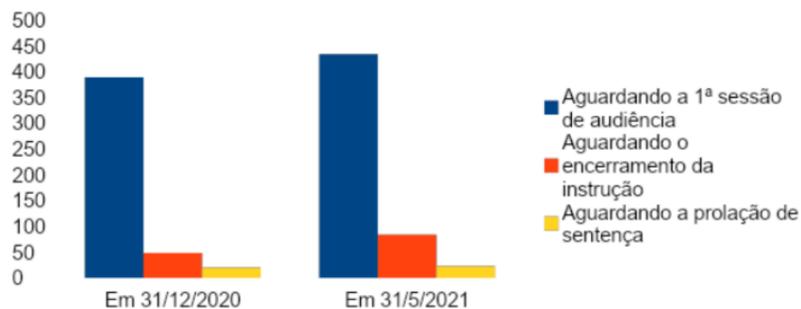
<b>TOTAL</b>	<b>639</b>	<b>343</b>
--------------	------------	------------



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 31/05/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	389	434
Aguardando o encerramento da instrução	48	84
Aguardando a prolação de sentença	20	23
<b>TOTAL</b>	<b>457</b>	<b>541</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

6

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 31/05	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	785	905	15,29%
Fase de liquidação	3	4	33,33%
Fase de execução	391	366	-6,65%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

#### 3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	4	23	8	26	-
Conciliação em conhecimento	32	36	30	13	11
Conciliação em Execução	3	3	3	3	4
Una	57	106	73	18	-
Instrução	19	74	90	31	3

A Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira e esporadicamente, às sextas-feiras, quando necessário.

#### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

7

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
07/2020	61	19	95	08	39	05	25	37,83
08/2020	102	30	83	36	76	73	25	66,67
09/2020	107	52	116	81	112	124	57	98,67
10/2020	91	73	151	111	111	90	56	104,5
11/2020	139	95	213	143	131	147	64	144,67
12/2020	99	33	79	47	102	64	27	70,67
01/2021	28	12	26	23	37	12	16	23
02/2021	78	25	123	70	114	60	42	78,33
03/2021	124	94	151	89	116	117	54	115,17
04/2021	115	137	218	125	127	87	53	134,83
05/2021	100	127	194	129	127	100	111	129,5
<b>TOTAL</b>	1.044	697	1.449	862	1.092	879	530	1.003,83

#### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

##### 4.1 Fase de conhecimento (Fontes: Hórus)

Fase de conhecimento	2020	2021 até 31/05
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	137	154
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	67	62
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	136	161
Da conclusão à prolação de sentença	22	12
Do ajuizamento até a prolação da sentença	142	157



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

8

**5. INCIDENTES PROCESSUAIS** (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/5
Embargos de declaração	Recebidos	58	37
	Baixados	67	33
	<b>Pendentes</b>	<b>4</b>	<b>8</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	50	26
	Decididas	45	22
	<b>Pendentes</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Liquidação /Execução	Recebidos	32	8
	Baixados	16	8
	<b>Pendentes</b>	<b>7</b>	<b>4</b>

**6. RECURSOS INTERPOSTOS** (Fonte: Hórus)

1º/07/2020 a 31/05/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	197	156	34
Recurso adesivo	4	6	-
Agravo de petição	21	17	4
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>179</b>	<b>38</b>

**7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO - TMDP 1c e TMDP 1e** (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020**: **141** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **171** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **151** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 31/05, é de **154** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **175** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **159** dias. Em relação a todas as classes



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

9

processuais, o tempo médio de duração do processo é de **142** dias, para o ano base 2020 e de **157** dias, relativo a este ano de 2021, até 31/05.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, foi de **205** dias, e de **310** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de maio.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de 2020, foi o **menor** da jurisdição e, em relação ao atual exercício, até 31/05, vem alcançando o **segundo menor prazo** da jurisdição.

## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2020	2021 até 31/5
Execuções pendentes no início do período	455	330
Execuções iniciadas	264	89
Desarquivados	56	26
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	392	102
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	104	49
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>330</b>	<b>322</b>

## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 1.939.874,73	R\$ 1.413.539,24
Espontâneo	PJe	R\$ 346.701,91	R\$ 219.609,16
Execução	PJe	R\$ 3.676.447,96	R\$ 561.237,94
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 5.963.024,60</b>	<b>R\$ 2.194.386,34</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)
---------------------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

10

Item	Sistema	2020	2021 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 65.733,48	R\$ 45.283,17
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 349.515,91	R\$ 138.645,72
Imposto de renda	PJe	R\$ 634,11	R\$ 1.258,45
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 415.883,50</b>	<b>R\$ 185.187,34</b>
Custas processuais dispensadas	PJe	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 415.883,50</b>	<b>R\$ 185.187,34</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/7/2020 a 31/5/2021		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	Pje	118
INFOJUD	Pje	14
SIMBA	Pje	-
RENAJUD	Pje	64
BNDT	Pendentes (PJe)	144
	Incluídos (PJe)	12

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	88,48%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
--	--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

11

Unidades de primeiro grau do TRT	95,28%
Unidade Correicionada	97,54%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **322** casos novos (por distribuição) e **316** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **97,54%**.

**Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2018**

Observe-se que a Meta 2/2020 não se aplica à 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, tendo em vista que a instalação da Unidade se deu no ano de 2019.

**Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus**

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	101,12% da Meta 2
	94,04% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	105,44% da Meta 2
	98,05% dos processos distribuídos até 31/12/2019

**Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018**

IPC – Índice de processos conciliados – **índice de conciliação: 39,34%**

Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	91,99% da Meta 3
	36,19% de índice de conciliação

**Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – **índice de conciliação: 38,50%**

Unidades de primeiro grau do TRT	103,20% da Meta 3
----------------------------------	-------------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

12

	39,73% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	87,30% da Meta 3
	33,61% de índice de conciliação

<b>Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	147,90%

<b>Meta 5/2021 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	63,48%
Unidade Correicionada	57,03%

<b>Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	Não há dados para o item informado em virtude da inexistência de ação coletiva nos moldes da Meta

<b>Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	106,45%

## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL). Embora os dados individualizados por vara



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

13

do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um decréscimo no percentual de 4%:

### Comparação entre taxas de baixados 2019/2020

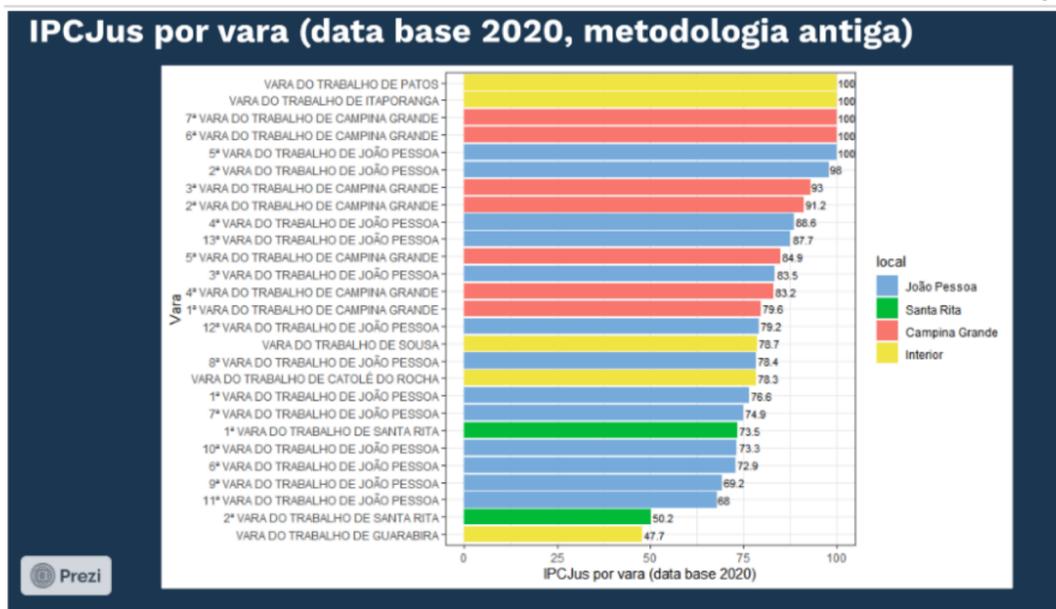
VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Varição 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68 ▲	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1 ▬	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6 ▲	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7 ▲	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2 ▼	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8 ▬	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7 ▬	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1 ▼	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3 ▬	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5 ▼	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6 ▲	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1 ▼	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46 ▬	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1 ▼	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1 ▼	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9 ▬	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4 ▬	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5 ▼	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8 ▼	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7 ▬	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1 ▼	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4 ▬	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1 ▼	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4 ▼	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6 ▼	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8 ▼	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21 ▼	-27%

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande atingido o percentual aproximado de 100%.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

14



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um considerável aumento nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2019 e 2020, fato que pode ser identificado tendo em vista a criação da unidade correicionada em junho de 2019.

#### Comparativo por jurisdição - 2019 (conhecimento)

Vara do Trabalho	IPCJus
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.113
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.067
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.040
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	983
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	962
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	932
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	330

#### Comparativo por jurisdição - 2020 (conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

15

Vara do Trabalho

	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	795
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	733
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	698
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	690
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	677
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	627
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	604

Comparativo por jurisdição - 2021 (conhecimento)

Vara do Trabalho

	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	373
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	362
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	346
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	311
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	304
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	289
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	231

Comparativo por jurisdição - 2019 (execução)

Vara do Trabalho

	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.120
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	983
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	751
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	730
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	713
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	688
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	669

Comparativo por jurisdição - 2020 (execução)

Vara do Trabalho

	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.197
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.182
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.162
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.139
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	949
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	920
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	842

Comparativo por jurisdição - 2021 (execução)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

16

Vara do Trabalho

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	513
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	478
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	471
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	424
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	388
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	316
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	241

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos da unidade judiciária, medidas que decerto contribuirão para a manutenção do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (713 varas no total), a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2020 a 31/03/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	1º	1º	320º	2º	1º	1º
6ª Região - PE - 2ª Vara de Igarassu	2º	96º	3º	4º	4º	6º
9ª Região - PR - 3ª Vara de Ponta Grossa	3º	14º	62º	3º	3º	10º



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

17

13ª Região - PB - 7ª Vara de Campina Grande	74º	44º	33º	399º	112º	116º
---	-----	-----	-----	------	------	------

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	1º	116,62	63,37	1.563,45
6ª Região - PE - 2ª Vara de Igarassu	2º	38,6	213,37	335,88
9ª Região - PR - 3ª Vara de Ponta Grossa	3º	102,64	43,27	784,47
13ª Região - PB - 7ª Vara de Campina Grande	74º	154,79	nd	225,59

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	1º	507	1.938	7
6ª Região - PE - 2ª Vara de Igarassu	2º	1.709	337	13
9ª Região - PR - 3ª Vara de Ponta Grossa	3º	719	912	10
13ª Região - PB - 7ª Vara de Campina Grande	74º	483	375	7



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

18

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, no que se refere aos prazos de janeiro a maio de 2021:

<b>Ajuizamento até a prolação da sentença</b>	
7ª VT CGE	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
157 dias	197,7 dias
<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
7ª VT CGE	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
0	209,9 dias
<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
7ª VT CGE	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
292,7 dias	977,5 dias
<b>Início à extinção da execução - ente público</b>	
7ª VT CGE	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
409,2 dias	871,2 dias
<b>Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau</b>	
7ª VT CGE	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
415,3 dias	1052 dias

## JUÍZES

### 13. AFASTAMENTO DA JURISDIÇÃO

**Juiz Titular** (Fonte: SUAP e SAOAdm))



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

19

Motivação	Normativo	Periodo	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 11980/2019	13/07/2020 a 12/08/2020	30
Férias	Protocolo TRT nº 11980/2019	16/11/2020 a 15/12/2020	30

**Juiz Substituto** (Fonte: SUAP e SAOAdm)

Motivação	Normativo	Periodo	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 11980/2019	08/09/2020 a 27/09/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 06963/2020	14/01/2021 a 02/02/2021	20

**13.1 Assiduidade dos magistrados**

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

**13.2 Audiências realizadas (1º/7/2020 a 31/5/2021)** (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Inicial	Inquirição Testemunha	Encerramento Instrução	Conciliação Conhecimento	Conciliação ou Execução	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	6	4	4	-	-	20	1	35
Cláudio Pedrosa Nunes	123	10	-	1	5	57	4	200
George Falcão Coelho Paiva	63	149	42	-	-	31	6	291

**14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS**

**14.1 Solucionados (1º/07/2020 a 31/05/2021)** (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Procedente em Parte	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

20

Aercio Pereira de Lima Filho	20	1	5	3	-	-	-	13	42
Cláudio Pedrosa Nunes	56	2	50	22	2	7	4	43	186
George Falcão Coelho Paiva	110	5	111	74	-	21	14	65	400

No período correccionado, o Juiz titular laborou 274 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,68 processo/dia. O Juiz substituto laborou 295 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,36 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

#### 14.2 Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

1º/07/2020 a 31/05/2021	
Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	413
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	140
Homologação da Transação Extrajudicial	55
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	17
Consignação em Pagamento	13
Embargos de Terceiro Cível	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Ação de Cumprimento	2
Ação Civil Pública Cível	1
Tutela Antecipada Antecedente	1

#### 14.3 Sentenças Líquidas (1º/07/2020 a 31/05/2021) (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

21

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
Cláudio Pedrosa Nunes	51	98,08%
Aercio Pereira de Lima Filho	5	83,33%
George Falcão Coelho Paiva	102	87,93%

**14.4 Processos julgados no prazo legal (1º/07/2020 a 31/05/2021)** (Fonte: Hórus)

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	40
Cláudio Pedrosa Nunes	184
George Falcão Coelho Paiva	395

**14.5 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 13 dias** (Fonte: Hórus)

1º/07/2020 a 31/05/2021	
Magistrados	Dias
Cláudio Pedrosa Nunes	9
Aercio Pereira de Lima Filho	13
George Falcão Coelho Paiva	15

**14.6 Incidentes julgados (1º/07/2020 a 31/05/2021)** (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/Execução	Total
Cláudio Pedrosa Nunes	20	19	10	48
George Falcão Coelho Paiva	36	20	5	61
Aercio Pereira de Lima Filho	-	3	-	3

**15. OBSERVATÓRIO**

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, já tendo sido juntada manifestação pela unidade judiciária.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

22

Observa-se que as ordens de bloqueio pendentes de desdobramento no Sisbajud foram efetivadas, bem como que a unidade se mostrou bastante organizada.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 16. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 16/04/2021, os seguintes pagamentos.

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 4.309,13
Pagamento ao perito - conta existente	R\$ 756,36
Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 19.495,47
Pagamento ao reclamante - conta nova	R\$ 7.718,27
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 24.377,48
Recolhimento de custas processuais	R\$ 67,90
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 111.122,66
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 70,41
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 167.917,68</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000315-74.2019.5.13.0034 (o CCS é



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

23

uma ferramenta importante para transferência de quantia quando a parte não informa conta bancária), 0000539-12.2019.5.13.0034 e 0000752-96.2019.5.13.0008.

O Corregedor destaca a organização da unidade judiciária no tocante ao saneamento de eventuais processos arquivados, bem como reforça a necessidade de contínuo acompanhamento e registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## **17. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS**

### **Processos analisados**

Foram analisados 109 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 91 despachos correicionais no PJe.

O Desembargador Corregedor concede o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foi registrada nenhuma reclamação relacionada à unidade judiciária correicionada.

## **18. RECOMENDAÇÕES**

### **Aos juizes**

#### **1 Recomendações gerais**

a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

24

- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentencas.dsst@mte.gov.br](mailto:sentencas.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 26, V, e, da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

## **2 Recomendações específicas**

- a) observar, quando da apreciação das minutas de despachos, se há necessidade de expedição de intimação às partes, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, a exemplo dos processos 0000467-59.2017.5.13.0013, 0000521-25.2017.5.13.0013 e 0000192-08.2021.5.13.0034.
- b) diligenciar junto às execuções trabalhistas encaminhadas ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- c) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

25

utilização dos sistemas Bacenjud, Renajud, Infojud, Simba, SABB, conforme disciplinamento do art. 76, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

d) priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade;

e) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

f) avaliar a possibilidade de adoção de pautas temáticas quanto às demandadas com maior volume de processos e pautas extras a fim de reduzir o prazo para a realização da audiência.

g) proceder à análise e homologação dos cálculos elaborados na fase de liquidação, em observância ao disposto no artigo 879, § 2º da CLT.

h) determinar ao diretor de secretaria para orientar a equipe a não inserir certidões desnecessárias, que dão notícia do que pode ser claramente visto no processo (bloqueios de crédito, interposição de recursos, ausência de manifestação da parte, petições), a exemplo dos processos 0000005-34.2020.5.13.0034 (ID. 78e4137, 2979ef3), 0000755-96.2020.5.13.0014 (ID. 0374e22).

#### **Ao Diretor de Secretaria**

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;

d) acompanhar, com regularidade, o relatório “DEJT- publicações pendentes”, a fim de evitar que os processos permaneçam na tarefa aguardando prazo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

26

sem, de fato, o expediente ter sido publicado no Dejt, a exemplo do processo 0000337-82.2020.5.13.0007 (ver detalhes do expediente - ID. a2297b2);

e) orientar a equipe a evitar conclusões desnecessárias quando a utilização de ato ordinatório tornaria o trâmite processual mais célere (art. 27 do Provimento Consolidado);

f) proceder à revisão dos processos que se encontram na tarefa “cumprimento de providências”, bem como orientar os servidores a utilizarem tal movimentação apenas quando não houver outra tarefa compatível, com o registro correto do prazo no Gigs para acompanhamento, evitando-se, por exemplo, o ocorrido no processo 0000543-83.2017.5.13.0013, quando o mandado foi expedido com prazo “0” e, cumprido, não há como aguardar os 2 meses para pagamento do RPV na tarefa “aguardando término de prazos”;

g) orientar a equipe a proceder aos registros dos lançamentos quando iniciada a liquidação, bem como homologação de cálculos após o julgamento de eventual impugnação, evitando-se o ocorrido em vários processos nos quais se observa que as fases de liquidação e execução são iniciadas no mesmo dia (a exemplo dos processos 0000200-53.2019.5.13.0034, 0000182-95.2020.5.13.0034).

#### **Aos servidores da Vara**

a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;

b) ter atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;

c) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

27

- d) evitar conclusões desnecessárias quando a utilização de ato ordinatório tornaria o trâmite processual mais célere (art. 27 do Provimento Consolidado);
- e) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;
- f) efetuar com regularidade os registros de pagamentos/recolhimentos, a fim de evitar o ocorrido nos processos 0000432-36.2016.5.13.0013, 0000404-68.2016.5.13.0013 e 0000048-05.2019.5.13.0034.

## 19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor ressalta que a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande permanece funcionando regularmente, cumprindo parcialmente a Meta 2 do CNJ (**105,44%**), atingindo **98,05%** dos processos julgados e distribuídos até 31/12/2019, superando o índice almejado pelo CNJ (**93%**).

Registra, com satisfação, a redução significativa do prazo médio da conclusão do processo à prolação da sentença – de **22** dias em 2020 para **12** dias neste exercício de 2021, considerando os dados estatísticos até maio, motivo pelo qual concita a equipe a manter o desempenho até o final deste exercício.

De igual modo, o Corregedor parabeniza a Unidade pelo tempo médio de duração do processo, na fase de execução (TMDP1e), relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, de **205** dias, o qual foi pontuado o **menor** em relação à jurisdição, demonstrando assim, o comprometimento na qualidade da atividade judicial desempenhada por toda a equipe e recomendando que tal prática incrementada seja dada continuidade neste exercício, que ora apresenta um prazo de **310** dias (de janeiro a maio), colocando-se no **segundo menor** prazo da jurisdição.

Observa o Corregedor que o índice de conciliação neste exercício, especificamente de janeiro a maio (**33,61%**), encontra-se abaixo da média estipulada pelo Regional (**38,50%**), pelo que incentiva a adoção de medidas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

28

efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste ano, a Unidade alcance a Meta 3 do CNJ que ora se apresenta na ordem de **87,30%**.

Constata a Corregedoria que a Meta 5/2021 vem obtendo o percentual **57,03%**, e, embora as taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **96,32%** em janeiro para **73,22%** em maio – e de execução – de **91,95%** em janeiro para **62,50%** em maio – demonstrem redução, observa-se que, na fase de conhecimento, a taxa de congestionamento é a maior da jurisdição.

Há que ser destacado o volume de processos na fase de conhecimento, decorrente da inclusão em pauta de **pouquíssimos** processos durante o período correicionado.

Observando-se as pautas a partir do mês de maio de 2021, vê-se que o Juiz Substituto Fixo tem designado audiências, em geral, de 3 a 4 dias por semana, com média de 15 processos, enquanto que o Magistrado Titular possui pauta regular 2 dias por semana, com média de 10 processos.

Diante da quantidade de processos que permanecem fora de pauta e dos processos novos autuados mensalmente, a fim de reduzir a quantidade de processos que aguardam primeira audiência, e, principalmente, em observância aos princípios da efetividade, celeridade e a garantia constitucional da razoável duração do processo, determina-se que seja elaborado plano de trabalho, no prazo de 15 dias, detalhando acerca das ações da unidade para que a situação seja regularizada, sugerindo-se o incremento da quantidade de processos/ dias de pauta por semana.

Considerando a média de 70 processos ajuizados mensalmente no ano de 2021, recomenda-se que sejam pautados, no mínimo, 15 processos por semana, para cada magistrado, até que a média da quantidade de processos que aguardam primeira audiência esteja compatível com as demais varas da jurisdição.

Tratando-se dos tipos de audiência, observa-se que a Secretaria tem marcado audiências do tipo “una” na pauta do Juiz Titular, quando, na realidade, não se



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

29

trata da realização desta modalidade, pois nos autos fora determinada a adoção do procedimento previsto no CPC.

Deverá a Secretaria, em tais hipóteses, utilizar o tipo “instrução por videoconferência”.

Reforça-se o que já foi mencionado quando do envio do ofício relativo aos processos aguardando primeira audiência, atinente à disposição da Corregedoria para auxiliar a unidade judiciária por meio do compartilhamento de boas práticas observadas em outras varas e disponibilização de força de trabalho, ainda que em caráter temporário para a inclusão de processos em pauta.

A Corregedoria, portanto, conhecedora do comprometimento da Unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da Meta 5 até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,40%** na fase de conhecimento e de **65,80%** na fase de execução.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, ao tempo em que reconhece a dedicação e o comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece ao Juiz Titular, Cláudio Pedrosa Nunes, ao Juiz Substituto, George Falcão Coelho Paiva, ao Diretor de Secretaria, Francisco José Rocha Pereira e demais servidores nesta sessão telepresencial.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

30

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA  
ANDRADE:101344484

Assinado de forma digital por THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, ou=Cert-JUS  
Institucional - A3, ou=1/239115000115, ou=VideoConferência, ou=Tribunal Regional do  
Trabalho da 13ª Região-TRT13, ou=Magistrado, cn=THIAGO DE OLIVEIRA  
ANDRADE:101344484  
Dados: 2021.06.18 14:33:36 -0300'

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

31

**ANEXO**

**VISTOS**

0000286-87.2020.5.13.0034	0000607-25.2020.5.13.0034	0000305-30.2019.5.13.0034
0000447-97.2020.5.13.0034	0000008-86.2020.5.13.0034	0000647-07.2020.5.13.0034
0000331-91.2020.5.13.0034	0000282-84.2019.5.13.0034	0000192-08.2021.5.13.0034
0000068-59.2020.5.13.0034	0000543-83.2017.5.13.0013	0130009-04.2015.5.13.0013
0000020-03.2020.5.13.0034	0000640-75.2020.5.13.0014	0000127-81.2019.5.13.0034
0000345-12.2019.5.13.0034	0000061-67.2020.5.13.0034	0000515-47.2020.5.13.0034

**DESPACHOS CORREICIONAIS**

0000530-16.2020.5.13.0034	0000181-47.2019.5.13.0034	0130384-05.2015.5.13.0013
0000112-78.2019.5.13.0013	0000048-05.2019.5.13.0034	0000133-88.2019.5.13.0034
0000432-36.2016.5.13.0013	0000088-16.2021.5.13.0034	0000145-34.2021.5.13.0034
0000011-41.2019.5.13.0013	0000041-42.2021.5.13.0034	0000467-59.2017.5.13.0013
0000404-68.2016.5.13.0013	0000177-10.2019.5.13.0034	0000521-25.2017.5.13.0013
0000691-26.2020.5.13.0034	0000013-74.2021.5.13.0034	0000035-35.2021.5.13.0034
0000133-20.2021.5.13.0034	0000161-18.2021.5.13.0024	0000191-23.2021.5.13.0034
0000183-46.2021.5.13.0034	0000025-69.2021.5.13.0008	0000525-91.2020.5.13.0034
0000213-44.2021.5.13.0014	0000087-31.2021.5.13.0034	0000075-17.2021.5.13.0034
0000304-11.2020.5.13.0034	0000748-28.2020.5.13.0007	0000169-62.2021.5.13.0034
0000219-88.2021.5.13.0034	0000309-96.2021.5.13.0034	0000329-87.2021.5.13.0034
0000147-04.2021.5.13.0034	0000697-33.2020.5.13.0034	0000167-92.2021.5.13.0034
0000297-63.2021.5.13.0008	0000012-70.2021.5.13.0008	0000129-80.2021.5.13.0034
0000149-71.2021.5.13.0034	0000145-05.2019.5.13.0034	0000334-12.2021.5.13.0034
0000584-79.2020.5.13.0034	0000570-95.2020.5.13.0034	0000141-94.2021.5.13.0034



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

32

0000284-80.2020.5.13.0014	0000238-94.2021.5.13.0034	0000213-52.2019.5.13.0034
0000239-79.2021.5.13.0034	0000215-22.2019.5.13.0034	0033600-34.2013.5.13.0013
0000188-39.2019.5.13.0034	0000536-23.2020.5.13.0034	0001000-33.2008.5.13.0013

**DESPACHOS CORREICIONAIS - PROCESSOS FORA DE PAUTA SEM  
DETERMINAÇÃO PARA INCLUSÃO**

0000483-26.2020.5.13.0007	0000675-72.2020.5.13.0034	0000036-20.2021.5.13.0034
0000031-95.2021.5.13.0034	0000651-44.2020.5.13.0034	0000595-11.2020.5.13.0034
0000615-02.2020.5.13.0034	0000015-44.2021.5.13.0034	0000025-88.2021.5.13.0034
0000055-26.2021.5.13.0034	0000163-89.2020.5.13.0034	0000687-86.2020.5.13.0034
0000067-40.2021.5.13.0034	0000617-69.2020.5.13.0034	0000104-67.2021.5.13.0034
0000054-41.2021.5.13.0034	0000053-56.2021.5.13.0034	0000689-56.2020.5.13.0034
0000032-80.2021.5.13.0034	0000699-03.2020.5.13.0034	0000019-81.2021.5.13.0034
0000619-39.2020.5.13.0034	0000611-62.2020.5.13.0034	0000269-17.2021.5.13.0034
0000029-06.2021.5.13.0009	0000049-19.2021.5.13.0034	0000521-87.2020.5.13.0023
0000151-25.2021.5.13.0007	0000033-65.2021.5.13.0034	0000659-21.2020.5.13.0034
0000137-57.2021.5.13.0034	0000153-11.2021.5.13.0034	0000003-30.2021.5.13.0034
0000155-78.2021.5.13.0034	0000083-91.2021.5.13.0034	0000755-96.2020.5.13.0014
0000021-51.2021.5.13.0034		